

# Paraguai

## Qual foi o caráter do governo de Rafael Franco?

RONALD LEÓN

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT), PARAGUAI



Guerra do Chaco



Prisioneiros paraguaios

A chegada ao poder de um governo de frente popular no Paraguai, encabeçado por Fernando Lugo e o PLRA<sup>1</sup>, coloca desafios inéditos para o conjunto das direções do movimento de massas e, sobretudo, para aqueles que se reivindicam de esquerda ou socialistas. A derrota eleitoral do Partido Colorado no dia 20 de abril de 2008 - fruto do esgotamento das massas depois de 61 anos de exploração, miséria, repressão e entrega do país ao imperialismo - e a vitória de um projeto de conciliação de classes inscrevem o país em uma tendência que se expressa em vários países do continente com o surgimento de governos considerados falsamente “progressistas” e até mesmo “socialistas”.

O estudo materialista da história é uma ferramenta fundamental para compreender a natureza de classe desses governos, entre eles o de Lugo-PLRA, com o objetivo de aplicar uma política revolucionária em relação aos mesmos. Conhecer experiências similares no passado à luz dos fatos posteriores é fundamental para interpretar situações presentes. Nesse sentido, a análise do caráter de classe do governo do coronel Rafael Franco no Paraguai<sup>2</sup> e das características de seu regime político assume uma renovada atualidade e importância para a esquerda.

Em 17 de fevereiro de 1936, o governo de Eusebio Ayala foi derrubado por um golpe militar perpetrado por setores descontentes dentro do exército. Este não foi uma simples quartelada, como tantas outras na história paraguaia, pois tinha como pano de fundo um ascenso nas lutas operárias e populares. Com a queda de Ayala, o “presidente da vitória”, chegava ao fim a chamada “era liberal” no Paraguai, depois de 32 anos de governo.

Como caracterizar o governo surgido do golpe de fevereiro de 1936? O

TRADUÇÃO  
MARCOS MARGARIDO

1 Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA): um dos partidos burgueses tradicionais do Paraguai, junto com o Partido Colorado. De ideologia neoliberal e ultraconservador.

2 O governo de Franco durou de 17 de fevereiro de 1936 até 13 de agosto de 1937.

# Isto é História

governo de Rafael Franco, como afirmam alguns setores denominados de esquerda, foi um governo “socialista” que modificou ou iria modificar as estruturas sociais e econômicas capitalistas em benefício da classe trabalhadora ou, pelo contrário, foi um governo que aplicou medidas de cunho fascista contra o movimento operário e a esquerda de nosso país? Essa é uma importante polêmica histórica, para a qual estas linhas tentam colaborar.

## Uma nova época histórica mundial

Em 1914, com o início da Primeira Guerra Mundial na Europa, Lênin chegou à conclusão de que o sistema capitalista internacional havia passado a uma fase superior, à qual denominou *imperialismo*. Abriu-se uma nova época histórica mundial, uma época de guerras e revoluções, onde, segundo Lênin, estão dadas as condições objetivas para a tomada do poder estatal pelo proletariado e seus aliados, os camponeses pobres, no marco da revolução socialista internacional.

O Paraguai, sendo parte do mercado mundial e com um lugar específico na divisão internacional do trabalho imposta pelo imperialismo, não podia ficar alheio a essa época de guerras e revoluções. Entre 1932 e 1935, o Paraguai e a Bolívia - dois dos países mais pobres do planeta - protagonizaram uma sangrenta guerra, que custou mais de 100 mil vidas humanas e muita destruição, e deixou ambos os povos ainda mais pobres. Essa guerra, movida por interesses imperialistas, abriu uma nova situação política no Paraguai.

## Os monopólios do petróleo enfiam suas garras no Chaco

A Guerra do Chaco, apesar de haver concluído com a vitória militar do Paraguai, aprofundou ao máximo os problemas econômicos do país, irresolúveis desde o final da guerra contra a Tríplice Aliança<sup>3</sup>. Segundo dados oficiais, mais de 40.000 paraguaios morreram ou desapareceram nas áridas terras do Chaco e o governo de Ayala gastou cerca de US\$ 125 milhões em material bélico.

Julio José Chiavenato, em seu livro *A Guerra do Chaco*, diz que no início da guerra em 1932, o Paraguai tinha uma dívida externa de mais de 1 milhão de libras esterlinas com a Inglaterra, resultado de 635 mil libras do crédito de 1871/72 e 434 mil libras do empréstimo de 1912. A situação econômica do Paraguai não permitia encarar uma empresa bélica como a que representou o Chaco. A questão da destinação de US\$ 125 milhões para a guerra só se explica pelos novos empréstimos garantidos pela Argentina e pela poderosa companhia petroleira inglesa *Royal Dutch Shell*, interessada no petróleo paraguaio e boliviano<sup>4</sup>.

A Bolívia, por sua vez, recebeu, apesar de sua condição de total insolvência, um total de US\$ 48 milhões entre 1920 e 1926. No final da guerra, esta cifra chegou a US\$ 228 milhões. Por trás desses créditos, a maioria vindos dos EUA, estavam as gestões e as garantias da *Standard Oil of New Jersey* - propriedade da família Rockefeller - o outro imenso *trust* petroleiro que disputava o Chaco.

No total, segundo dados de Chiavenato, ambos os países gastaram em torno de US\$ 353 milhões nessa guerra e mais de 90 mil pessoas morreram.

3 Guerra desenvolvida entre 1864 e 1870 entre a “Tríplice Aliança”, formada pelo Brasil, a Argentina e o Uruguai contra o Paraguai. Foi uma guerra de extermínio e rapina propiciada pelo imperialismo inglês, que aniquilou a população paraguaia e seu pujante desenvolvimento industrial, até aquele momento independente da Inglaterra e dos demais países da região.

4 CHIAVENATO, Julio José: *La Guerra del Chaco*. Carlos Schauman Editor. Assunção, 1997. p. 137

### A dependência do Paraguai em relação à Argentina

A economia paraguaia, nessa época, estava completamente controlada pelos interesses britânicos, reais vencedores da guerra de 1865-70. Sua plataforma de penetração política dentro da região era a Argentina, que atuava como uma sub-metrópole. Desde a década de 20, todas as empresas importantes que operavam no Paraguai eram argentinas e estas, por sua vez, contavam com importante capital inglês.

Cerca de 80% do transporte fluvial do Paraguai estava controlado pela empresa anglo-argentina *Mihanovich Ltd. O Ferrocarril Central de Paraguay*, outrora símbolo do pujante progresso da nação, estava controlado por uma empresa denominada *Paraguay Central Railway Company Ltd*, de capital inglês. A dependência à Argentina, testa de ferro dos interesses ingleses, expressava-se talvez de maneira mais contundente, pelo fato de que 80% do comércio exterior do Paraguai era feito com esse país<sup>5</sup>.

Os sucessivos governos do pós-guerra de 1870, sejam liberais ou colorados, só cumpriram um papel de agentes ou administradores locais de interesses estrangeiros.

### O primeiro partido nazista fora da Alemanha é fundado no Paraguai

Friedrich Kliever, fervente militante nazista da época, relata o processo de fundação, em nosso país, do primeiro partido nacional-socialista fora das fronteiras da Alemanha e da Áustria no mundo: “O grupo do NSDAP (no Paraguai) é o mais antigo do mundo e já foi reconhecido pela direção do partido em 1929. O início da atividade nacional-socialista entre os alemães do Paraguai remontam ao ano de 1927 na cidade de Villarrica”<sup>6</sup>.

O crescimento numérico e a inserção sócio-econômica da coletividade alemã no Paraguai haviam aumentado consideravelmente durante a década de 20. Quase 30 mil alemães e seus descendentes achavam-se em suas fronteiras em diversas cidades e colônias. Contavam com escolas, colégios, igreja evangélica, clubes esportivos, sociedade de canto e proteção da saúde, representação e consulados oficiais. Existiam publicações em idioma alemão e tanto as comunicações como o comércio com Berlim eram fluidos<sup>7</sup>.

O Paraguai oferecia condições muito favoráveis para o desenvolvimento da doutrina nacional-socialista. Amparados em tais condições, surgiu o primeiro partido nazista estrangeiro do mundo, sob a presidência do liberal José. P. Guggiari e quatro anos antes do triunfo do nazismo na Alemanha.

### O fascismo italiano dá seus primeiros passos no país

A seção local do fascismo italiano foi fundada em março de 1928 no Paraguai. Seu principal e primeiro secretario foi o engenheiro Giuseppe Mazzola. Em 1931, o fascismo tinha mais de 100 membros masculinos, 22 femininos, 45 adolescentes e 35 menores<sup>8</sup>.

Em 6 de janeiro de 1936, a poucos dias da queda de Ayala, fundou-se o *Comitê de Filhos de Italianos Pró-Pátria* em Assunção, que aderiu imediatamente à política militarista de Mussolini. Em sua primeira mensagem pública, em 12 de janeiro do mesmo ano, expressou seu apoio à invasão da Abissínia (Etiópia) pelo exército italiano. Entre os assinantes, achavam-se os ex-presidentes José P. Guggiari e Eduardo Schaerer<sup>9</sup>.

5 SEIFERHELD, Alfredo. *Nazismo e Fascismo en el Paraguay. Vísperas de la Segunda Guerra Mundial 1936-1939*. Assunção: Editorial Histórica, 1985, p. 127

6 Idem, p. 70

7 Idem. Pág. 70

8 Idem. Pág. 89

9 Idem. Pág. 89

## A bancarrota do regime liberal

Em 15 de Agosto de 1932, o liberal Eusebio Ayala assume a presidência da República pela segunda ocasião, no início das hostilidades no Chaco, A Guerra do Chaco drenou ao máximo os magros recursos da nação e a envidou ainda mais. A destruição econômica e a prostração social que veio com a desmobilização das tropas após a guerra foi o caldo de cultivo para um descontentamento generalizado com o regime liberal implantado há décadas no país.

O presidente Ayala encarnava todas as características mais irritantes do tão questionado liberalismo. Era um ex-diretor regional e vice-presidente da *International Products Corporation*, uma companhia madeireira e pecuarista que atuava no Paraguai mas tinha suas oficinas centrais em Nova Iorque. Também foi vice-presidente do Banco Mercantil. O próprio Ministro dos EUA no Paraguai, Mederith Nicholson, escrevia ao Departamento de Estado em fevereiro de 1934 sobre Ayala: “Em minhas conversas com o presidente, tenho a escassa sensação de falar com um estrangeiro. Poderia ser um advogado ou um homem de negócios americano”<sup>10</sup>.

## O movimento de massas entra em cena

Quando as privações das massas tornaram-se insuportáveis elas se lançaram decididamente à luta por melhores dias. Quase cotidianamente se sucediam manifestações operárias e populares, entre elas, uma greve muito forte dos motoristas a poucos dias da queda do governo de Ayala.

Um fator decisivo para a mudança de governo, ocorrida em 1936, foram os mais de 120000 ex-combatentes que regressavam do Chaco após reencontrarem-se com um passado de glória e mais que nunca confiantes em suas próprias forças<sup>11</sup>.

Operários, camponeses, pedreiros, sapateiros, advogados e estudantes tinham agora traços militares e não se resignavam a que, depois de tanto sangue e sacrifícios, suas vidas continuassem como antes. A juventude estudantil, inspirada nos preceitos da Reforma Universitária de Córdoba de 1918, praticamente rompeu seus laços com o liberalismo depois dos sangrentos acontecimentos do 23 de outubro de 1931<sup>12</sup> e era a principal força oposicionista ao governo de Ayala.

No exército, desde os acampamentos do Chaco, surgiu uma corrente política que alguns oficiais denominaram a “revolução nacionalista paraguaia”. **A mistura de nacionalismo, autoritarismo e antiliberalismo tornou inevitável que as ideias sobre uma “revolução nacionalista paraguaia”, majoritariamente gestadas no seio do exército, fossem influenciadas pelos experimentos fascistas e corporativistas europeus da época**<sup>13</sup>.

Este foi o processo de decadência, esboçado em forma sucinta, da chamada “era liberal” no Paraguai. Acentuadas todas as contradições sociais pelas penúrias da guerra e incapaz de satisfazer as necessidades do povo, o governo de Ayala foi derrubado em 17 de fevereiro de 1936 por um golpe militar que levou o Coronel Rafael Franco à presidência da República. Com o novo governo, as ideias nazi-fascistas adquiriram renovada força.

10 GROW, Michael: *Los Estados Unidos y el Paraguay durante la Segunda Guerra Mundial. Política del Buen Vecino y autoritarismo en el Paraguay*. Assunção: Editorial Histórica, 1988, p. 69.

11 SEIFERHELD, Alfredo. Op. Cit., p. 24

12 Em 23 de outubro de 1931, o governo liberal de José P. Guggiari, ordenou atirar numa manifestação estudantil diante do palácio presidencial, causando vários mortos e dezenas de feridos.

13 GROW, Michael. Op. Cit., p. 68.

### O governo do Coronel Rafael Franco

Eusebio Ayala renunciou na noite de 17 de fevereiro de 1936. As forças insurretas prenderam-no com seu vice-presidente Raúl Ribeiro e, posteriormente, fizeram o mesmo com o General Estigarribia<sup>14</sup>. O Coronel Rafael Franco assumiu a presidência da República em 20 de fevereiro.

A **Revolução Libertadora**, como a denominaram seus autores, revogou a Constituição liberal de 1870 e publicou sua plataforma ideológica numa *Proclama do Ejército Libertador*. Este documento, também conhecido como *Acta Plebiscitaria*, teve como autor Gomes Freire Esteves, um ex-liberal convertido ao fascismo. É assim que, desde o princípio, a façanha de fevereiro de 1936 identificou-se com os regimes totalitários europeus da época, afirmando: “Cumprimos em declarar, a todo o mundo, que fazemos nosso o princípio maior de defesa nacional que a Europa contemporânea registra: nenhum Estado tem juiz superior a si próprio nem pode comprometer seu futuro pelo bem de outro Estado”<sup>15</sup>.

Entre os ministros designados por Franco, tanto Gomes Freire Esteves e Bernardino Caballero, professavam uma clara convicção nas ideias fascistas. Caballero, que havia vivido 20 anos na Alemanha, admirava o nacional-socialismo em suas formas mais extremas. Juan Stefanich era a principal figura da Liga Nacional Independente, um grupo de intelectuais que defendia a “solidariedade” com traços corporativistas. Jover Peralta autodenominava-se marxista<sup>16</sup>.

Apesar desta “diversidade” ideológica do gabinete, as medidas e decretos posteriores demonstraram que o governo de Franco, de conjunto, inclinou-se às medidas fascistas e corporativistas, e não às “socialistas”, como alguns analistas de esquerda tentam afirmar.

O próprio Rafael Franco afirmou a um diário alemão que “a revolução não é comunista e não tem nenhuma vinculação com Moscou”. Fez elogios públicos seguidos a Adolf Hitler: “A admiração pela Alemanha e pelo brilhante caudilho de sua revolução, o senhor Hitler, um dos valores morais mais puros da Europa do pós-guerra, não é nova para mim”<sup>17</sup>.

### O Decreto-Lei 152: inicia-se a perseguição ao movimento de massas

A tendência nazi-fascista do governo Franco materializou-se na aprovação do Decreto-Lei N° 152, firmado em 10 de março de 1936 por Rafael Franco e todos os ministros, incluídos o “solidarista” Stefanich e o “marxista” Jover Peralta.

Os considerandos e medidas concretas daquele Decreto-Lei introduziam, pela primeira vez, ideias incontestavelmente fascistas e nacional-socialistas no corpo legal da República. Declarava-se, no citado documento, que “a Revolução Libertadora do Paraguai reveste-se da mesma índole das transformações sociais totalitárias da Europa contemporânea no sentido de que a Revolução Libertadora e o Estado são já uma mesma e idêntica coisa”. De fato, em seu artigo 1° ficava estabelecido que: “Declara-se a Revolução Libertadora de 17 de fevereiro de 1936 identificada com o Estado da República do Paraguai”<sup>18</sup>.

A mencionada lei foi, na realidade, uma proclamação de definição político-ideológica do governo de Franco. Começava por sublinhar a necessidade de

14 José Félix Estigarribia foi o condutor do Exército paraguaio na Guerra do Chaco.

15 *Acta Plebiscitaria* de 17 de fevereiro de 1936, citado na obra de Seiferheld.

16 SEIFERHELD, Alfredo. Op. Cit., p. 39

17 *Patria*, Ano I, N° 10, 1° de março de 1936, p. 7. Citado na obra de Seiferheld.

18 SEIFERHELD, Alfredo. Op. Cit., p. 41



# Isto é História

“estabelecer o conteúdo político, jurídico e estatal da Revolução Libertadora, em forma certa e inequívoca, que permita ao povo paraguaio conhecer, **sem reticências possíveis**, a nova estrutura do Estado”.

Tal como o nazi-fascismo atuava na Europa - perseguindo e tentando liquidar as organizações sindicais, absorvendo-as como parte do Estado corporativista ou encarcerando e eliminando seus dirigentes - o decreto de Rafael Franco estabeleceu em seu artigo 3º que: “Toda atividade de **caráter político, de organização partidária, sindical ou de interesses criados ou por criar de natureza política na Nação, que não emane explicitamente do Estado ou da Revolução identificada com o Estado**, está proibida pelo prazo de um ano” (grifo nosso).

Também ficavam sob a tutela do Ministério do Interior, a cargo de um fascista confesso como Gomes Freire, “todas as questões relacionadas à política social do Estado identificado com a Revolução Libertadora, compreendendo-se nelas as relações e conflitos entre o trabalho e o capital, as organizações e necessidades dos operários e trabalhadores, como igualmente dos patrões”. Para tal, foi criado o *Departamento Nacional do Trabalho*.

No mesmo sentido das orientações fascistas do Decreto-Lei Nº 152, em agosto de 1936, anunciou-se a futura criação da *União Nacional Revolucionária*, um projeto político idealizado pelo governo como um partido único, monolítico e que aglutinasse veteranos de guerra, operários e estudantes com a tarefa de sustentar a “revolução libertadora”, ou seja, o governo de Franco<sup>19</sup>.

## Sobre as medidas “progressistas” de Franco

Os defensores do governo de Franco, entre eles obviamente os membros do Partido Revolucionário Febrerista (PRF)<sup>20</sup> e alguns setores de esquerda, diretamente omitem estas medidas repressoras do “governo da revolução”. No caso do Decreto-Lei 152 afirmam, no máximo, que foi um erro e que Franco – apesar de ter assinado a lei - não coincidia com a mesma, ou argumentos pelo estilo. O objetivo destes setores é minimizar ou anular a responsabilidade política de Franco nestas medidas repressoras.

Neste sentido, um dos argumentos que seus defensores mais utilizam para diluir o caráter repressivo do governo de Franco é a questão das medidas progressistas, populares e até revolucionárias que seu governo teria adotado. Entre estas medidas, citam a fixação da jornada de oito horas, o estabelecimento do décimo-terceiro, a obrigatoriedade do pagamento do salário em dinheiro e não em vales que só podiam ser trocados nos comércios dos próprios patrões, o descanso dominical ou a tímida política agrária.

É importante encontrar uma explicação política e objetiva para estas medidas. Para os apologistas de Franco, a raiz das medidas progressistas está no fato de que a “revolução de fevereiro representou para o Paraguai, a experiência do primeiro governo socialista de sua história”<sup>21</sup>. Desde uma ótica marxista, a razão destas disposições do governo de Franco -que existiram na realidade – não está num suposto caráter popular ou socialista do governo mas **no processo revolucionário que as massas – não o governo - estavam desenvolvendo e que foi um fator de primeira ordem para a queda do regime liberal e a ascensão do próprio Franco**.

19 GROW, Michael. Op. Cit., p. 70.

20 Partido fundado em 1951 e inspirado na figura de Rafael Franco, de orientação social-democrata e filiado à II Internacional.

21 ZAYAS, Osvaldo. *A 73 años de la histórica Revolución de Febrero*. Publicado no portal do jornal E'ra, [www.ea.com.py/revolucion-febrerista-2](http://www.ea.com.py/revolucion-febrerista-2)

Franco assume em meio a um agudo descontentamento popular. Era necessário conter as lutas crescentes das massas exploradas e, neste sentido, o desprestigiado regime liberal já não podia cumprir completamente este papel que a burguesia lhe exigia. **As medidas “progressistas” que o governo de Franco tomou foram fruto da pressão destas lutas operárias e populares e não de suas supostas características socialistas.** O governo de Franco foi um governo burguês com um regime repressor, autoritário e inspirado no nazi-fascismo. Ao contrário do que afirmam seus defensores, tinha a missão de derrotar e não de aprofundar o processo de lutas das massas.

Trotsky, referindo-se ao fascismo, afirmou: “A função histórica do fascismo é esmagar a classe operária, destruir suas organizações, afogar a liberdade política, quando os capitalistas já se sentem incapazes de dirigir e dominar com a ajuda da maquinaria democrática”<sup>22</sup>. Tal foi a política de Franco. Como as lutas operárias não pararam com as medidas progressistas, o governo começou a “apertar o parafuso” da perseguição, da proscrição dos partidos de esquerda e da atividade sindical.

### O apoio do PCP

O Partido Comunista Paraguaio (PCP), desde o princípio, concedeu apoio político ao governo de Franco. Em 23 de fevereiro, Oscar Creydt, um dos principais dirigentes comunistas da época, falou pela Rádio Prieto e afirmou: “Os comunistas dispõem-se a sustentar o governo revolucionário lealmente”.<sup>23</sup>

O citado representante do PCP detalha-nos em suas memórias o embaçamento teórico e ideológico com o qual o PCP apoiou o governo de Franco. Por mais que o movimento operário, o proletariado, estivesse dando auspiciosos sinais de disposição de lutar e de vitalidade, o PCP, segundo Creydt, caracterizava que: “A força que poderia tomar o poder era o movimento dos ex-combatentes, era a pequena burguesia revolucionária”<sup>24</sup>.

O PCP apostou neste setor de classe para tomar o poder, a pequena burguesia. Creydt disse neste sentido: “Havia uma análise e se demonstrava que o movimento dos ex-combatentes tinha que derrotar o regime de Eusebio Ayala e estabelecer um governo popular democrático”. Deve ser destacado, no entanto, que, embora a composição majoritária da oficialidade insubordinada fosse de origem pequeno-burguesa, seu projeto político era completamente burguês.

### O etapismo stalinista aplicado ao processo de 1936

É importante, neste ponto, deter-se brevemente na estratégia do governo popular e democrático do PCP. Ela está ligada ao clássico esquema que o stalinismo tomou do menchevismo russo, mais conhecido como a teoria da revolução por etapas. Segundo esta teoria reacionária, nos países com um desenvolvimento capitalista atrasado, não está colocada a tomada do poder pelo proletariado nem a revolução socialista. Estes países devem passar, primeiro, pela etapa da revolução democrático-burguesa, a qual deve ser liderada por setores burgueses “democráticos”, “patrióticos” ou “nacionalistas” e o proletariado deve lutar subordinado a estes setores. Para o stalinismo, a revolução operária e socialista está postergada a uma segunda e indefinida etapa<sup>25</sup>.

22 TROTSKY, León: *¿A dónde va Francia?* Buenos Aires: Editorial Pluma, 1974, p. 13

23 SEIFERHELD, Alfredo. Op. Cit. p. 41

24 CREYDT, Oscar. *Formación Histórica de la Nación Paraguay-Pensamiento e vida del autor*. Assunção: Ediciones Servilibro, 2004, p. 177.

25 Idem

Baseados neste etapismo, com o qual dezenas de revoluções no mundo foram desviadas, não passou pela cabeça do PCP a ideia de impulsionar a tomada do poder pela classe operária. Pelo contrário, segundo Creydt, a tarefa dos comunistas era: “Empurrar a pequena burguesia ex-combatente com armas e tudo ao poder, derrubando o regime de Eusebio Ayala”<sup>26</sup>.

## A repressão ao movimento operário e a greve geral

No início do governo franquista, o PCP gozou de legalidade para sua atividade pública. Tanto é assim, que impulsionou a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNT), uma central operária de considerável peso nos sindicatos. Foi nesse mesmo espaço de tempo que, com o aprofundamento da organização e das lutas operárias, aparece em cena o Decreto-Lei Nº152. Seu objetivo era, claramente, esmagar o ascenso operário e popular.

Em 11 de maio de 1936 Francisco Gaona, secretário geral da CNT, foi preso e esta central sindical foi dissolvida pelo governo de Franco. A mesma sorte tiveram Oscar Creydt, Obdulio Barthe, Tomás Mayol, Modesto Villasantí e José Luis Nicora, todos enviados à prisão militar de *Peña Hermosa*.

O movimento operário, percebendo as intenções fascistas do governo, não ficou com os braços cruzados e respondeu com uma greve geral depois da prisão de Gaona. A greve teve tanta força que os irmãos Freire Esteves, ambos fascistas confessos, foram obrigados a renunciar. Foi uma clara, embora parcial, vitória operária sobre o fascismo.

## O PCP mantém o apoio a Franco, mesmo proscrito

A repressão contra o movimento operário combinou-se com uma intensa perseguição anticomunista. Em 7 de outubro de 1936, Franco ditou um decreto no qual se declarava passível de punição “toda atividade tendente a propagar, difundir ou implantar o comunismo no Paraguai”. Em seu artigo segundo, tal como se cita na obra de Seiferheld, a lei expressava que: “Os que exercem atividades comunistas comprovadas serão submetidos à justiça comum e condenados de dois anos e dez meses a quatro anos de prisão, segundo a gravidade daquelas atividades”. Enquanto isso, o partido nazista no Paraguai passeava divulgando sua doutrina, recrutando novos membros e publicando seus jornais. Em Assunção, o *Mein Kampf* era oferecido nas ruas e não era estranho ver retratos de Hitler e bandeiras com a suástica pendurados nas varandas.

Em sua fundamentação, o decreto anticomunista dizia que: “a prática da doutrina comunista organizada como partido político dentro de nosso regime democrático representativo é contrária aos fundamentos básicos da nacionalidade por seu caráter internacional (...) a doutrina comunista constitui a consagração da violência nas relações sociais”. O contraste com o tratamento que o governo de Franco dava ao nazi-fascismo era evidente. O próprio Stefanich admitiu tempos depois que: “Os elementos quintacolumnas nazistas do Paraguai continuavam atuando em plena liberdade”<sup>27</sup>. Proscrito o comunismo, as ideias nazi-fascistas, alentadas de maneira aberta pelas representações diplomáticas do reino da Itália e pelo Terceiro Império alemão, foram penetrando e consolidando-se.

A Lei de imigrações também foi modificada, produto da pressão exercida

25 Contra esta teoria do stalinismo, Leon Trotsky defendeu a teoria da Revolução Permanente: “Com respeito aos países de desenvolvimento burguês atrasado, e em particular dos coloniais e semicoloniais, a teoria da revolução permanente significa que a solução íntegra e efetiva de seus fins democráticos e de sua emancipação nacional só pode ser concebida por meio da ditadura do proletariado, empunhando este o poder como líder da nação oprimida e, antes de tudo, de suas massas camponesas”.

26 CREYDT, Oscar. Op. Cit., p. 178.

27 SEIFERHELD, Alfredo M. Op. Cit., p. 83



pela representação alemã no Paraguai. O decreto-lei Nº 10.193, de 29 de março de 1937, proibiu a entrada no país de quem sofresse doenças crônicas, como os mutilados, os cegos, os dementes e os alcoólatras. Estas restrições, com tudo que tinham de antidemocráticas, não constituíam o objetivo fundamental, que era proibir o ingresso “das pessoas que prediquem a **transformação da sociedade por meios violentos**, os expulsos de outro país, como **anarquistas e comunistas**, de qualquer classe ou denominação”<sup>28</sup>. Era evidente naqueles dias que, para o governo de Franco, era mais perigoso ser comunista que fascista.

Levando-se em conta esta aberta repressão e perseguição política, qualquer um pensaria que o PCP mudara sua caracterização e sua política frente ao governo de Franco. Mas não foi assim. O PCP manteve o apoio político a Franco e continuou divulgando esta linha de conciliação aos operários e às massas exploradas que estavam sendo quase esmagadas pela repressão franquista. Creydt afirma-o com muita clareza: “Quando veio o Decreto 152, demos uma declaração que eu mesmo redigi na prisão, na qual dissemos que, **apesar dessa repressão e apesar do decreto**, continuamos apoiando o governo do coronel Franco porque consideramos que é um governo da burguesia progressista”<sup>29</sup>.

A linha do PCP não era um simples erro ou um desvio produto de uma confusão passageira; se fosse assim, ante os embates da repressão de Franco a teria corrigido e passado do apoio à oposição ao governo. A política do stalinismo paraguaio fazia parte de uma visão programática. Guardava total coerência e fidelidade com a teoria da revolução por etapas que resumimos mais acima, onde o estratégico é apoiar e sustentar projetos ou governos da burguesia progressista. E mais, para Creydt, esta linha significava que seu partido tinha *amplitude e flexibilidade*.

### **A máxima expressão da capitulação**

O PCP quis ir mais longe neste sentido. Creydt comenta que, quando Franco e Stefanich lançaram a linha de formar a União Nacional Revolucionária desatou-se uma discussão na cúpula do PCP sobre diluir ou não o partido nesse novo engendro idealizado por Franco. O apoio servil chegava ao máximo. Tomás Mayol, dirigente sindical e do PCP, defendeu a dissolução do partido e nesta posição estavam também Barthe, Alcaraz, o Partido Comunista Argentino e a própria Internacional Comunista.

O próprio Creydt, que segundo seu relato estava contra esta posição, ao ver que a Internacional Comunista (a última palavra obrigatória) avalizava a desaparecimento do PCP, capitulou e sustentou uma linha ambígua que, nos fatos, também significava o fim do PCP como organização independente: “Que o partido entre no Partido Nacional Revolucionário, **dissolva-se formalmente**, mas mantenha sua organização por grupos”<sup>30</sup>.

Finalmente, o PCP não se dissolveu, talvez pela curta duração do governo de Franco e o consequente fim de seu projeto de partido político governamental. Mas a linha liquidacionista do PCP – máxima expressão de sua capitulação a Franco - existiu e foi imposta desde Moscou.

28 Idem, p. 107

29 CREYDT, Oscar. Op. Cit., p. 189

30 Idem, p. 188

## A principal lição histórica

A política do PCP em relação a Franco foi vergonhosa. Foi um exemplo nefasto de capitulação a um governo burguês e a um regime repressor. O stalinismo, que esses anos já se havia consolidado como o principal aparato contrarrevolucionário do movimento operário mundial, orientou todos os partidos comunistas no sentido de apoiar supostos setores burgueses progressistas ou patrióticos, sacrificando assim a fundamental independência de classe do proletariado que Marx e Lênin tanto defenderam.

Com semelhantes argumentos – para não dizer idênticos – atualmente o PCP apóia o governo de Lugo-PLRA, um governo que demonstrou estar a serviço dos interesses da burguesia e do imperialismo. Afirmam que Lugo encabeça um governo de mudanças “patrióticas, democráticas e populares”, ao qual a esquerda deve apoiar e defender da “contrarrevolução” dos setores retardatários. No entanto, calam-se ou não o responsabilizam por suas medidas econômicas neoliberais e pelas brutais repressões que o governo efetua às lutas, em especial às lutas camponesas.

Também se calam quando o próprio Lugo pactua ou faz concessões à direita tradicional, ou quando os próprios *poderes de fato*, como a embaixadora dos EUA, o Partido Pátria Querida<sup>31</sup> e o PLRA, manifestam seu apoio ao governo. É compreensível, pois estes fatos incontestáveis jogam por terra sua caracterização de que o governo Lugo tem um “programa de mudanças patrióticas, democráticas e progressistas”, ou, chegando ao cúmulo, que é o “primeiro passo até a construção do socialismo no Paraguai”<sup>32</sup>. É a clássica capitulação às frentes populares baseada na teoria menchevique-stalinista dos campos burgueses progressistas.

As lições da história devem ajudar-nos a encontrar o caminho correto à libertação material, social e cultural de nossa classe. Tal como demonstra a experiência do governo de Franco, de seus sucessores e dos atuais governos “progressistas” da América Latina – que tomam medidas a favor de suas burguesias nacionais e do imperialismo apesar de sua retórica anti-imperialista – **os fatos sempre demonstraram que não existem exploradores progressistas e que nunca vamos chegar ao socialismo de mãos dadas a governos burgueses**. O proletariado e o campesinato pobre só devem confiar em suas próprias forças apontando a uma única estratégia: a tomada do poder e a revolução socialista mundial.

31 Partido Pátria Querida: partido burguês conservador, apoiado por setores das camadas altas e acomodadas da pequena burguesia urbana.

32 Declaração final do II Encontro Latino-americano de Jovens pela Mudança *Em Solidariedade ao Paraguai*, assinada pelo PCP, P-MAS, Tekojoja e pelo PCPS em 10 de maio de 2009.